

O governo desemperrou

Para chegarmos ao "fim da Era Vargas", prometido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso já no discurso de posse, ainda falta remover grande quantidade de "entulho getulista" e, até algum tempo atrás, o governo parecia não ter muita pressa em atacar essa tarefa. Nas últimas semanas, no entanto, diríamos que, a partir da substituição de José Serra por Antônio Kandir no Ministério do Planejamento, o sentido de urgência parece ter voltado a prevalecer no governo federal. A sensação que se tem é a de que o governo desemperrou, inaugurando nova etapa.

A primeira etapa foi marcada pela mudança rápida do capítulo da ordem econômica da Constituição, obtida, porém, à custa da limitação prática da liberalização econômica. Assim, os monopólios foram teoricamente "flexibilizados", mas as empresas monopolistas permanecem intactas, se é que não saíram fortalecidas. A brecha para a entrada dos capitais privados aonde antes só se admitia a presença do Estado foi aberta, sem dúvida, mas só a aprovação das leis regulamentadoras pelo Congresso dirá se a amplitude da exposição às regras de mercado foi suficiente. Na segunda etapa das emendas à Constituição, as negocia-

cões para a reforma previdenciária praticamente anularam os efeitos almejados e o projeto dormiu no Senado. A reforma administrativa, também vítima do jogo de concessões, está parada, como parados estão os projetos de regulamentação apresentados em consequência da reforma da ordem econômica. Os tropeços daquela fase produziram uma impressão de paralisação que quase chegou a prejudicar a imagem de um governo comprometido com a estabilidade da moeda e a modernização da economia. A hesitação, felizmente, durou pouco. O presidente rendeu-se à evidência de que não poderá fazer todas as reformas com o Congresso e resolveu agir em duas frentes. Naquilo que é indispensável, insiste no trabalho de convencimento dos parlamentares. No que está a seu alcance, sem depender do pronunciamento do Congresso, age. Vem daí o otimismo dos investidores e da opinião esclarecida com o amanhã do Brasil.

É preciso reconhecer que a luz que indicou o caminho ao presidente da República foram as eleições municipais. O projeto po-



lítico do sr. Fernando Henrique Cardoso não pode prescindir do apoio que começa nas bases municipais. Pouco dado, por talvez pessoal, a lances demagógicos, descobriu no incremento da eficiência do governo a chave da popularidade. As circunstâncias colocaram a seu lado o ministro Antônio Kandir, que tem a rara capacidade de transformar projetos em coisas concretas e, além disso, torná-los visíveis aos olhos do

público. Assim, o governo vai resolvendo, aos poucos, mas agora de maneira firme e constante, problemas que se arrastavam desde o início de seu mandato. As exportações e os bens de capital estão livres do ICMS. O financiamento da habitação está sendo equacionado nestes dias. Partiu-se, afinal, decisivamente para a privatização dos portos. As ferrovias estão passando para o setor privado. A telefonia celular está prestes a ser aberta a grupos privados. O setor elétrico também se abre à iniciativa privada. O Banco Central sinaliza uma queda dos juros lenta, mas firme.

O governo, enfim, desata os nós com que

o estatismo desenfreado estrangulou a infra-estrutura de serviços. Desbasta o caminho para a economia voltar a crescer em ritmo mais acelerado e atingir pelo menos os 5% já em 1997. Para consolidar a imagem de dinamismo, o governo iniciará agora uma ampla campanha publicitária, mostrando o que fez e fará. A retomada do desenvolvimento é o corolário da estabilização monetária e, também, a base de sustentação do projeto político do sr. Fernando Henrique Cardoso. Ele quer que se introduza na Constituição o princípio da reeleição e quer se

Após um período de calmaria, o governo volta a promover as reformas em bom ritmo

candidatar a mais quatro anos de governo. É aspiração legítima que, no entanto, só pode ter êxito se a população — que cada vez menos se deixa engabelar pelas promessas de mudanças — perceber que o Brasil, de fato, está mudando. As eleições municipais fizeram o governo sair de uma quase apatia. As eleições de 1998 deverão estimular este mesmo governo a avançar o mais rapidamente possível as reformas estruturais.